



SITUAÇÃO DO CANCRO CÍTRICO NO PAÍS E SEUS DESAFIOS

José Belasque Junior,

Fundo de Defesa da Citricultura, Fundecitrus, Av. Dr. Adhemar Pereira de Barros, 201,
14807-040, Araraquara – SP. E-mail: belasque@fundecitrus.com.br

O cancro cítrico foi oficialmente detectado no Brasil em 1957 no estado de São Paulo. Causado pela bactéria *Xanthomonas citri* subsp. *citri*, o cancro cítrico está presente e sob alguma forma de controle nos estados de São Paulo e sul do Brasil. No Brasil há três tipos de *status* fitossanitário referentes ao cancro cítrico: Áreas livres; Áreas sob erradicação (ou supressão); e Áreas sob manejo integrado. No estado de São Paulo, responsável por 80% da produção brasileira de cítricos, há uma campanha de erradicação do cancro cítrico, a qual foi iniciada em 1957 e ainda permanece em vigor. Em São Paulo, desde 1999, são realizados levantamentos amostrais para quantificar e localizar os focos de cancro cítrico. O último levantamento (ano 2012) indicou uma incidência de 1,39% de talhões (pomares cítricos comerciais) com ao menos uma planta com sintomas da doença. Esse é o maior nível de contaminação do estado desde a primeira detecção do cancro cítrico no Brasil. No entanto, anteriormente ao atual surto epidêmico da doença, sua incidência foi mantida abaixo 0,30% de talhões infestados no período de 2000 a 2009. Os principais fatores determinantes do aumento do número de casos de cancro cítrico em São Paulo foram: (i) a mudança na legislação estadual, em junho de 2009, a qual mitigou a metodologia de erradicação dos focos da doença; e (ii) a interrupção dos trabalhos de erradicação promovidos por equipes do Fundecitrus, ocorrida em Janeiro de 2010, a qual ainda não foi substituída por equipes governamentais ou dos próprios citricultores. Diante do presente crescimento epidêmico do cancro cítrico em São Paulo e da nova política fitossanitária do estado, há necessidade de um maior envolvimento dos citricultores e dos órgãos de pesquisa no controle da doença. Independentemente da legislação atual referente ao cancro cítrico, a qual obriga a eliminação de focos da doença, o controle baseado na erradicação, inverso ao manejo integrado, é ainda a melhor alternativa econômica aos citricultores paulistas. No entanto, caso o número de focos da doença continue a aumentar, a manutenção de baixas incidências no estado não será mais possível e o controle adotado deverá ser, necessariamente, o manejo integrado do cancro cítrico.